**ACTA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE
BASTO, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2011. -----**

Aos Dezanove dias do mês de Dezembro do ano de Dois Mil e Onze, reuniu-se na Sala de Reuniões desta Câmara, o Executivo Camarário, composto pelo Presidente da Câmara Municipal Prof. Humberto da Costa Cerqueira e pelos Senhores Vereadores Prof. Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa; Eng.º Lúcio Manuel Alves Machado, Senhor Manuel Mota e Eng.º Francisco Gomes Ribeiro -----

A presente reunião encontra-se inicialmente agendada para o dia 26 de Dezembro de 2011, no entanto, atenta a proximidade do período natalício, por determinação do Senhor Presidente da Câmara, depois de auscultados os Senhores Vereadores, foi antecipada para a presente data. -----

PRESENCAS: -----

Encontravam-se presentes nesta reunião o Secretário do GAP, a Chefe da DAF, a Chefe do GDMS e o Chefe da GJC, que secretariou a presente reunião. -----

ABERTURA DA REUNIÃO. -----

Pelas dezasseis horas o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

Justificação da falta do Senhor Vereador Eng.º Lúcio Machado. –

Pelo Senhor Presidente foi dado conhecimento que o Senhor Vereador Eng.º Lúcio Machado, por motivos pessoais, se encontrava impossibilitado de comparecer à presente reunião. -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade justificar a falta do Senhor Vereador Eng.º Lúcio Manuel Alves Machado. -----

1º - Resumo diário da tesouraria do dia 16 de Dezembro de 2011. -

Presente o resumo diário da tesouraria, do dia 16 de Dezembro de 2011, que apresenta um saldo de operações orçamentais no valor de € 468 454.52 e não orçamentais de € 392 880.29. -----

Apreciado o assunto, foi deliberado tomar conhecimento. -----

2º - Ratificação de decisão - Despacho de Aprovação de minuta de Contrato de empreitada – “Nó do Valinho”. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Em 31 de Outubro de 2011, a Câmara Municipal deliberou adjudicar a empreitada de “Correcção Rodoviária do Nó do Valinho”, ao concorrente Higinio Pinheiro & Irmão S.A., pelo valor de € 167 589.99. -----

Dado que a celebração deste contrato impunha ao adjudicatário a obrigação de apresentação prévia de caução, foi, após a adjudicação, solicitada a apresentação da mesma, o que sucedeu, pelo que, em condições normais, seria a minuta do contrato apresentada a este reunião para aprovação. -----

Ora sucede, considerando que a execução desta obra vai ser financiada, houve a necessidade de se iniciar a obra, pelo que, no exercício da competência própria que me é conferida pelo disposto no artigo 68.º n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, pelos motivos de urgência supra referidos, procedi, nos termos do preceituado no artigo 98.º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos à aprovação da minuta do contrato que foi celebrado com a adjudicatária Higinio Pinheiro & Irmão, S.A., e assim, em cumprimento do ónus que me é imposto, apresento agora o despacho proferido para ratificação.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão proferida pelo Senhor Presidente da Câmara que aprovou a minuta do contrato que foi celebrado com a adjudicatária Higinio Pinheiro & Irmão, S.A. para execução da empreitada denominada Correcção Rodoviária do Nó do Valinho”. -----

3º - Ratificação de decisão – Proposta à Assembleia Municipal para autorização da repartição de despesa referente à “Prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana de espaços públicos e outros no concelho de Mondim de Basto”. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Por despacho do presidente da Câmara Municipal, datado de 22 de Dezembro de 2010, ratificado pela Câmara Municipal por deliberação de 10 de Janeiro de 2011, foi aprovado o programa de concurso e caderno de encargos para fornecimento do serviço de recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana de espaços públicos e outros no concelho de Mondim de Basto, bem como, foi determinada a abertura de concurso público internacional para selecção do adjudicatário. -----

Tal como previsto no caderno de encargos, o contrato a celebrar tem com prazo de vigência de oito anos. -----

Nos termos das disposições combinadas dos artigos 22º nº 1 e 6 da do Dec. Lei nº 197/99 de 8 de Junho, aplicável por força da excepção prevista no artº 14º nº 1 al. f) do Decreto de Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, a abertura de procedimentos relativos a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, no caso dos Municípios, carece de autorização da Assembleia Municipal. -----

Ora sucede que, embora tenha sido emitida a informação de inscrição orçamental e informação de cabimento orçamental para aquele procedimento, contendo a informação de cabimento já a devida repartição de despesa para os oito anos, bem como, estando cativa quer no orçamento de 2011, quer na proposta de orçamento de 2012, as verbas previstas na repartição para cada um dos anos, não foi tal repartição autorizada pela Assembleia Municipal, o que constitui um vício que afecta a validade de todo o procedimento. -----

Assim, porque alertados, em sede de Visto do Tribunal de Contas, para esta irregularidade, que se não fosse sanada pela Assembleia Municipal iria naturalmente conduzir a uma recusa de visto e conseqüentemente anulação de todo o procedimento e do contrato já em execução, dada que para a presente estava agendada uma sessão da Assembleia Municipal e a manifesta urgência no envio da deliberação da Assembleia Municipal ao Tribunal de Contas, nos termos do Artº 68º nº 3 da lei 169/99 de 11 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, em nome da Câmara Municipal, apresentei à Assembleia Municipal uma proposta para, ao abrigo das disposições combinadas dos artigos 22º nº 1 e 6 da do Dec. Lei nº 197/99 de 8 de Junho, aplicável por força da excepção prevista no artº 14º nº 1 al. f) do Decreto de Lei 18/2008 de 29 de Janeiro e artº 128º nº 2 al. a) do Código do Procedimento Administrativo, autoriza-se, com efeitos ao dia 22 de Dezembro de 2010, a repartição da despesa de “Prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana de espaços públicos e outros no concelho de Mondim de Basto” nos termos da informação emitida pela DAF em 11 de Julho de 2011 – anexo III – em anexo à presente. -----

Assim, em cumprimento do ónus que me é imposto, apresento a decisão proferida para ratificação.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por maioria, com dois votos a favor, ratificar a decisão proferida pelo Senhor Presidente da Câmara que, por motivos de urgência, em nome da Câmara Municipal, apresentou à Assembleia Municipal uma proposta para, ao abrigo das disposições combinadas dos artigos 22º nº 1 e 6 da do Dec. Lei nº 197/99 de 8 de Junho, aplicável por força da excepção prevista no artº 14º nº 1 al. f) do Decreto de Lei 18/2008 de 29 de Janeiro e artº 128º nº 2 al. a) do Código do Procedimento Administrativo, autoriza-se, com efeitos ao dia 22 de Dezembro de 2010, a repartição da despesa de “Prestação de serviços de

recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana de espaços públicos e outros no concelho de Mondim de Basto” nos termos da informação emitida pela DAF em 11 de Julho de 2011. -----

Abstiveram-se na presente votação os Senhores Vereadores Eng.º Francisco Gomes Ribeiro e Manuel Mota de Oliveira. -----

4º - Décima Segunda Alteração ao Orçamento Municipal de 2011.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Na sequência da informação da DAF, que anexo, importa reforçar-se algumas rubricas no orçamento de 2011. -----

Assim, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo do art. 64º nº 2 al. d) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprove a Décima Segunda Alteração ao Orçamento Municipal de 2011, nos termos do documento em anexo.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por maioria, com dois votos a favor, aprovar a proposta apresentada. -----

Abstiveram-se na presente votação os Senhores Vereadores Eng.º Francisco Gomes Ribeiro e Manuel Mota de Oliveira. -----

5º - Atribuição de subsídio à Freguesia de Atei. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Encontra-se na minha posse um ofício do presidente da Junta de Freguesia de Atei a solicitar, à semelhança do que sucedeu com todas as demais freguesias do concelho, um apoio financeiro do Município para algumas obras de beneficiação de caminhos e infra-estruturas que está a executar. -----

À Câmara Municipal, nos termos do artº 64º nº 6 al. b) da Lei 169/99 de 11 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro compete deliberar sobre as formas de apoio às freguesias. -----

No Orçamento Municipal existe uma rubrica e verba de transferências de capital para as freguesias, destinada a obras que estas pretendam promover.

Assim, proponho que a Câmara Municipal, tal como fez com as demais freguesias do concelho, delibere apoiar a execução das obras que a freguesia de Atei está a realizar com o valor de € 5000.00, devendo os pagamentos ser efectuados através daquela rubrica -transferência de capital, mediante a apresentação de facturas das respectivas obras.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

6º - Isenção de taxa de licenciamento à AHBVMB. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Encontra-se na minha posse um ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto a solicitar autorização para realização de uma festa de passagem de ano, com o objectivo de angariar fundos para aquisição de equipamento de saúde para a corporação. -----

Nos termos do artº 75º da Tabela de Taxas em anexo ao Regulamento de Taxas Administrativas há lugar ao pagamento de uma taxa de € 19.00 para licenciamento da iniciativa. -----

No entanto, considerando a entidade promotora e os fins da iniciativa, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo das disposições combinadas dos artigos 5º nº 2 al. a) do Regulamento de Taxas Administrativas e art. 64º nº 4 al. a) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, isente a AHBVMB do pagamento da taxa.” ---

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. -----

7º - Alienação de viatura municipal. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Com a cessação do contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos outorgado com a empresa Dias Verdes, foi entregue ao Município a viatura de marca Mercedes Benz, matrícula 17-96-IE. -----

Tal viatura, pelas suas características, e dado que o Município celebrou com a empresa EcoAmbiente um contrato de recolha de resíduos sólidos urbanos, não tem actualmente utilização nem é previsível que, pelo menos nos próximos oito anos, venha a ter. -----

Assim, proponho que a Câmara Municipal, no termos do artº 64º nº 1 al. f) e nº 4 al. b) da Lei 169/99 de 11 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibere a alienação da mesma, mediante a apresentação de propostas em carta fechada, com o preço base de € 12 500.00, devendo ser dirigidos convites três entidades que comercializem este tipo de veículos.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada e conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para decidir e praticar todos os actos subsequentes até à decisão final de alienação. -----

8º - Protocolo de Cooperação em Matéria de Formação Técnica Relacionada com Áreas do Sector Agrário. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“O Município, através do Gabinete de Apoio ao Agricultor, desenvolve iniciativas e projectos de sensibilização e promoção da Agricultura, nomeadamente: -----

- Acções de sensibilização nas várias áreas relacionadas com a Agricultura; -----
- Projecto “Bolsa de Terras”, que visa apoiar os jovens agricultores do concelho, assim como jovens residentes fora do concelho que pretendam investir em Mondim de Basto. Este projecto tem em

vista o desenvolvimento de um quadro facilitador de cedência de Terras; -----

- Projecto “Horta Comunitária” que visa apoiar os munícipes que não possuem terrenos próprios, dando-lhes a possibilidade de produzirem os seus próprios produtos hortícolas para autoconsumo. -----
- Projecto “Mercadinho de Produtos do Campo” que visa apoiar os artesãos, agricultores e produtores residentes no concelho na promoção e divulgação dos produtos locais, assim como na criação de mais valias económicas locais. -----

Por sua vez, a Gesmind é uma Empresa de Formação acreditada pela DGERT, com experiência de 7 anos em Educação e Formação de Adultos, tendo por missão contribuir para o aumento de competências pessoais, sociais e profissionais dos activos empregados e desempregados visando o reforço do seu potencial de empregabilidade gerador de melhorias organizacionais, inovação e de maior competitividade no mercado. -----

A Gesmind efectuou uma candidatura ao Programa Operacional Potencial Humano (POPH) para desenvolvimento de cursos de Formação Modular Certificada (FMC), que incluem formação qualificante no concelho de Mondim de Basto. -----

A empregabilidade dos formandos em cada concelho de intervenção da Gesmind depende também, para além da Qualidade da sua intervenção, do envolvimento das Entidades públicas e privadas com intervenção no desenvolvimento local, designadamente criando postos de trabalho ou apoiando iniciativas de criação do auto-emprego e do empreendedorismo, pelo que, neste contexto, propôs ao Município a outorgação do protocolo em anexo. -----

Assim, considerando que o manifesto interesse municipal no desenvolvimento de iniciativas que promovam o sector agrícola, proponho

que Câmara Municipal, ao abrigo do art. 64 n.º 4 al. b) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro aprove o protocolo em anexo, a outorgar com Gesmind, Ensino, Formação Profissional e Consultoria de Gestão Lda.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a minuta do protocolo a outorgar com a com Gesmind, Ensino, Formação Profissional e Consultoria de Gestão Lda, bem como, conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para o subscrever. -----

9º - Protocolo de Cooperação com a ARH do Norte. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“A Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água), criou e o Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, implementou as Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH), instituições que, a nível de região hidrográfica, prosseguem atribuições no domínio da protecção e valorização das componentes ambientais das águas, com competências de gestão dos recursos hídricos, incluindo o respectivo planeamento, licenciamento e fiscalização. ----

Nos termos do n.º 7, do art. 9º, da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, conjugado com o n.º 3, do art. 3, do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, podem ser delegados total ou parcialmente pelas ARH nas Autarquias, poderes, designadamente de licenciamento e fiscalização de utilização de águas. -----

A ARH do Norte, I.P., com vista ao cumprimento das suas atribuições em matéria de licenciamento e fiscalização, nos termos previstos no artº 9º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro e artº 12º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio e no âmbito dos poderes de delegação de competências que lhe estão legalmente conferidos, apresentou-nos uma proposta de protocolo, em anexo, tendo em vista a delegação daquelas competências, pelo que, dado o interesse para autarquia, na perspectiva do munícipe, em disponibilizar aqueles

serviços, proponho que Câmara Municipal, ao abrigo do art. 64 n.º 2 al. h) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro aprove o protocolo em anexo, a outorgar com ARH do Norte, I.P.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a minuta do protocolo a outorgar com a ARH - Norte, bem como, conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara para o subscrever. -----

10º - Parecer prévio – Renovação de contrato de prestação de serviços. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

Tendo em vista assegurar o patrocínio judiciário do Município, em especial nos Tribunais Judiciais, onde os Técnicos superiores licenciados em direito não podem, como sucede nos Tribunais Administrativos e Fiscais, assegurar-lo, bem como, a instrução pontual de procedimentos administrativos com a informação e pareceres jurídicos, sempre que a complexidade dos assuntos em causa assim o aconselhem; a colaboração na assessoria aos órgãos autárquicos, nomeadamente, a preparação de deliberações, elaboração de regulamentos, entre outros serviços que se tenham por convenientes, em 11 de Janeiro de 2010 foi outorgado e publicado no Portal de Contratos Públicos um contrato de prestação de serviços com um advogado. -----

Ora sucede que tal contrato teve a duração inicial de um ano, e é renovável automaticamente por iguais períodos até ao limite de quatro anos, pelo que, vai ocorrer no próximo dia 11 de Janeiro de 2012 uma nova renovação do contrato. -----

No entanto, por força da Lei do Orçamento de Estado aprovada para 2012, a renovação dos contratos de prestação de serviços carece de parecer prévio a emitir pelo Órgão Executivo Municipal, pelo que, muito embora, por o contrato prever uma renovação automática, não seja unânime que neste

caso, se aplique tal disposição, porque se mantêm actuais as necessidades a suprir com aquele contrato de prestação de serviços, porque dados os serviços a contratados – advogado - não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, porque o mesmo tem para o ano de 2012 cabimentação orçamental e porque não se lhe aplica a disposição de redução de remuneração, uma vez que a mesma é muito inferior a € 1500.00/mensais, reunidas estão as condições para que seja emitido parecer favorável à renovação, e assim, proponho que a Câmara Municipal emita parecer favorável à renovação, em 11 de Janeiro de 2012, pelo período de um ano, do contrato de prestação de serviços – Advogado.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por maioria, com dois votos a favor, emitir parecer favorável à renovação, em 11 de Janeiro de 2012, pelo período de um ano, do contrato de prestação de serviços – Advogado. -----

Abstiveram-se na presente votação os Senhores Vereadores Eng.º Francisco Gomes Ribeiro e Manuel Mota de Oliveira. -----

OUTROS ASSUNTOS: -----

○ **Intervenção do Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro.** -----

Pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro, foi solicitada a palavra e no uso da mesma fez a seguinte intervenção: -----

“Lembro da necessidade da substituição das redes de baliza no pavilhão municipal e reparação do painel electrónico. -----

Pergunto para quando a cedência de um espaço destinado aos vereadores não executivos? Lembro que é assunto que vem desde o início do mandato. -----

Solicito cópia de contrato de prestação de serviços existente entre esta Câmara e a empresa Ecoprisma – Engenharia e Gestão, Lda., bem como consulta do procedimento concursal. -----

O Centro Escolar de Mondim Oeste entrou em funcionamento no ano escolar de 2010/2011, tendo sido inaugurado no dia 5 de Outubro do ano de 2010, a propósito da comemoração do centenário da república, cerimonia presidida pelo Ministro da Presidência Dr. Silva Pereira. Apesar de algumas obras ainda a decorrer, sobretudo arranjos exteriores ao edifício, todavia, e sem considerar alguns detalhes, poderíamos dizer que a obra se encontrava praticamente concluída, ou seja, o edifício, exteriores, e acessibilidades ao mesmo, com as pavimentações devidamente executadas, só assim faria sentido uma inauguração. O que agora se solicita é cópia do contrato de execução de acessos e pavimentação ao centro, bem como consulta do procedimento concursal. -----

Relativamente ao Parque de Caravanismo, que foi inaugurado no fim-de-semana de 8 a 10 de Abril do presente ano, ficando a partir desta data disponível para quem dele quiser fazer uso, e que muito tem contribuído para o aumento do número de pessoas que visitam o concelho. O que agora se solicita é informação referente ao teor das obras realizadas e equipamentos adquiridos, bem como respectivos valores de aquisição.” -----

○ **Intervenção do Senhor Vereador Manuel Mota de Oliveira.**

Pelo Senhor Vereador Manuel Mota de Oliveira foi solicitada a palavra e no uso da mesma questionou o Senhor Presidente da Câmara se tinha algum desenvolvimento relativamente à manutenção dos serviços de saúde na Extensão de Atei do Centro de Saúde de Atei. -----

Em resposta, pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que muito embora tenha contactado a ARS Norte para saber desenvolvimentos deste processo, até à data, ainda ninguém lhe comunicou qualquer intenção ou decisão. -----

• **Votos de Bom Natal e Bom Ano Novo.** -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, uma vez que esta é a ultima reunião antes do Natal e do final ano, desejava a todos dos Senhores Vereadores um Bom Natal e um Bom Ano de 2012. -----

Em resposta, pelos Senhores vereadores foram agradecidos e retribuídos os Votos do Senhor presidente da Câmara. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a presente reunião às Dezassete horas e Vinte minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e por estar conforme foi aprovada por unanimidade e vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores e por mim secretário para valer como tal. -----